

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**DESEMPENHO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 do Banco ABC BRASIL S.A.

**BANCO ABC BRASIL S.A.**

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local. O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira. O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda expertise na análise e concessão de crédito. O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCBr) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

**ESTRUTURA ACIONÁRIA**

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2017: Bank ABC 59,74%; Mercado: 33,43%; Administradores e Conselheiros: 5,22%; e Ações em Tesouraria: 1,61%.

**RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS**

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 418,7 milhões no ano de 2017 (R\$ 406,6 milhões no ano de 2016), representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 13,5% no ano de 2017 (15,0% no ano de 2016). O aumento do resultado do banco em relação ao mesmo semestre do ano anterior reflete, principalmente, o aumento das receitas da intermediação financeira, das receitas de prestação de serviços, da queda na constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa e da queda de outras despesas operacionais, tendo sido parcialmente anulado pelo aumento nas despesas da intermediação financeira.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R\$ 206,2 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 1,07 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao ano de 2017. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 26 b/c).

**CARTEIRA DE CRÉDITO**

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 22.144,2 milhões ao final de dezembro de 2017 (R\$ 20.887,3 milhões ao final do ano de 2016). Em relação à qualidade da carteira, 94,8% das operações com empréstimos e 98,9% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2017, de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 96,6%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 3,27% do total da carteira de empréstimos ao final de dezembro de 2017 (3,69% ao final de dezembro de 2016).

**IN CVM 381/03**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o Banco ABC BRASIL S.A. informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

**CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 502,4 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

**CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM**

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

**GESTÃO DO RISCO**

**1 - Risco Corporativo**

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/11 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantêm estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-las. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim. A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

**2 - Risco Operacional**

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) a Auditoria Interna. A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e Compliance (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

**3 - Risco de Mercado e Liquidez**

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura. A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos prove informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

**4 - Risco de Crédito**

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e a concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da política de Administração. Acima disso, a aprovação e responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias recebidas esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplimento. Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

**5 - Responsabilidade Socioambiental**

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil. O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

**6 - Gestão de Capital**

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria. Em atendimento à Resolução nº 4.557/11 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil.

**7 - Comitê de Remuneração**

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, o relatório de remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

**8 - Risco de Conformidade**

O Banco ABC Brasil através de sua área de Compliance busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam a identificação e preparar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. A área de Compliance também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018

A Administração

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Notas	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2017	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.144.431</b>	<b>2.500.739</b>	<b>2.004.683</b>	<b>2.520.915</b>	<b>2.029.507</b>
Operações de crédito	630.716	1.354.219	1.385.749	1.354.219	1.385.749
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	489.905	1.221.267	1.279.744	1.240.668	1.304.194
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	(21.752)	(140.544)	(699.929)	(699.555)
Resultado de operações de câmbio	45.562	65.774	32.536	65.774	32.536
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	23	6.583	23	6.583
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(811.536)</b>	<b>(1.860.979)</b>	<b>(1.000.270)</b>	<b>(1.860.979)</b>	<b>(1.000.270)</b>
Operações de captação no mercado	(604.507)	(1.322.039)	(1.139.900)	(1.322.039)	(1.139.900)
Operações de empréstimos e repasses	(154.186)	(371.194)	348.457	(371.194)	348.457
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(49.446)	(163.793)	(209.701)	(163.793)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial sobre câmbio	(68)	(283)	1.082	(283)	1.082
Resultado de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(3.329)	(3.670)	(208)	(3.670)	(208)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>332.895</b>	<b>639.760</b>	<b>1.004.413</b>	<b>659.936</b>	<b>1.029.237</b>
<b>Outras receitas (Despesas) operacionais</b>	<b>(28.204)</b>	<b>(46.723)</b>	<b>(287.132)</b>	<b>(59.626)</b>	<b>(302.986)</b>
Receitas de prestação de serviços	17	154.878	306.906	256.563	306.906
Despesas de pessoal	(102.308)	(201.867)	(191.614)	(201.867)	(191.880)
Outras despesas administrativas	18	(53.946)	(106.325)	(104.387)	(106.760)
Despesas tributárias	(37.750)	(70.570)	(58.061)	(71.552)	(59.286)
Resultado de participações em controladas	11	5.056	11.486	14.166	-
Outras receitas operacionais	19	15.701	29.897	19.178	29.897
Outras despesas operacionais	20	(9.835)	(16.250)	(222.977)	(16.250)
<b>Resultado operacional</b>	<b>304.691</b>	<b>593.037</b>	<b>717.281</b>	<b>600.310</b>	<b>726.251</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(18.709)</b>	<b>(36.896)</b>	<b>(12.235)</b>	<b>(36.896)</b>	<b>(12.235)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação</b>	<b>285.982</b>	<b>556.141</b>	<b>705.046</b>	<b>563.414</b>	<b>714.016</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>21</b>	<b>(5.928)</b>	<b>(12.509)</b>	<b>(19.782)</b>	<b>(200.027)</b>
Provisão para imposto de renda	57.288	36.554	(68.154)	32.009	(73.679)
Provisão para contribuição social	28.896	7.807	(78.065)	5.101	(81.304)
Ativo fiscal diferido	(92.112)	(56.870)	(44.838)	(56.892)	(45.044)
<b>Participações nos lucros e resultados</b>	<b>(65.315)</b>	<b>(124.899)</b>	<b>(107.432)</b>	<b>(124.899)</b>	<b>(107.432)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>214.739</b>	<b>418.733</b>	<b>406.557</b>	<b>418.733</b>	<b>406.557</b>
<b>Lucro líquido por ação em circulação - 193.385,691 ações em 2017 (177.842.705 em 2016)</b>	<b>1,11</b>	<b>2,17</b>	<b>2,29</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Notas	Banco			Consolidado	
	2º Semestre 2017	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2016
<b>Atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido ajustado do semestre/exercício</b>	<b>281.343</b>	<b>604.679</b>	<b>660.365</b>	<b>616.165</b>	<b>674.531</b>
Lucro líquido do semestre/exercício	214.739	418.733	406.557	418.733	406.557
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>	<b>66.604</b>	<b>185.946</b>	<b>253.808</b>	<b>197.432</b>	<b>267.974</b>
Depreciações e amortizações	5.740	11.008	9.424	11.008	9.424
Resultado de participação em controladas	(5.056)	(11.486)	(14.166)	-	-
Resultado na alienação de bens não de uso	11.045	25.808	2.387	25.808	2.387
Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	-	(8)	(5)	(8)	(5)
Provisão para desvalorização de bens não de uso	8.335	12.121	9.956	12.121	9.956
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49.514	164.076	208.619	164.076	208.619
Provisão para passivos contingentes e garantias financeiras prestadas	7.046	(12.821)	26.393	(12.821)	26.393
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(10.020)	(2.752)	11.200	(2.752)	11.200
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>(2.623.256)</b>	<b>(4.178.708)</b>	<b>(2.827.312)</b>	<b>(4.190.353)</b>	<b>(2.842.257)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.691.507)	(2.326.225)	(557.926)	(2.326.225)	(557.926)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(740.427)	(665.647)	(2.040.460)	(676.302)	(2.066.535)
Operações de crédito	(70.024)	(483.145)	258.064	(483.145)	258.064
Outros créditos e outros valores e bens	(1.541.272)	(1.579.401)	(7.439)	(1.578.841)	(1.19.903)
Relações interfinanceiras	15.809	1.388	(1.178)	1.388	(1.178)
Relações interdependências	(22.270)	16.684	(6.767)	16.684	(6.767)
Outras obrigações	1.421.763	859.077	(476.106)	857.527	(592.318)
Resultados de exercícios futuros	4.472	(1.439)	4.500	(1.439)	4.500
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente nas atividades operacionais</b>	<b>(2.341.913)</b>	<b>(3.574.029)</b>	<b>(2.166.947)</b>	<b>(3.574.188)</b>	<b>(2.167.726)</b>
<b>Atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(9.260)	(12.839)	(12.215)	(12.839)	(12.215)
Aquisição de bens não de uso próprio	(115.770)	(289.279)	(116.004)	(289.279)	(116.004)
Alienação de imobilizado de uso e intangível	293	294	8	294	8
Alienação de bens não de uso próprio	37.528	54.770	38.917	54.170	38.917
Constituição de reserva de capital	2.726	2.774	5.409	2.774	5.409
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente nas atividades de investimento</b>	<b>(84.483)</b>	<b>(244.880)</b>	<b>(83.921)</b>	<b>(244.880)</b>	<b>(83.921)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
Depósitos	(104.684)	709.986	745.124	710.145	745.903
Captações no mercado aberto	1.404.302	1.426.367	(61.399)	1.426.367	(61.399)
Obrigações por empréstimos e repasses	(576.318)	(1.460.217)	(91.551)	(1.460.217)	(91.551)
Recursos de aceites e emissão de títulos	745.049	1.838.891	1.100.650	1.838.891	1.100.650
Ações em tesouraria	802	9.255	7.272	9.255	7.272
Aumento de capital	87.221	169.300	141.626	169.300	141.626
Juros sobre o capital próprio pagos	(102.877)	(206.196)	(188.505)	(206.196)	(188.505)
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente nas atividades de financiamento</b>	<b>1.454.095</b>	<b>2.487.386</b>	<b>1.653.217</b>	<b>2.487.545</b>	<b>1.653.996</b>
<b>Aumento/(redução) de Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(972.301)</b>	<b>(1.331.523)</b>	<b>(597.651)</b>	<b>(1.331.523)</b>	<b>(597.651)</b>
4.009.947	4.369.169	4.966.820	4.369.169	4.966.820	
3.037.646	3.037.646	4.369.169	3.037.646	4.369.169	
<b>Variações nos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(972.301)</b>	<b>(1.331.523)</b>	<b>(597.651)</b>	<b>(1.331.523)</b>	<b>(597.651)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 23).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

i) **Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação**  
As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2017, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018.  
As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

ii) **Moeda Funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

iii) **Conversão de moedas estrangeiras**  
Os ativos e passivos das subsidiárias são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal e o resultado de equivalência patrimonial, para as subsidiárias com a moeda funcional igual ao Real, no resultado do período.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) **Críticos de avaliação dos ativos**  
As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

c) **Críticos de avaliação dos passivos**  
As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) **Hedge Accounting**  
Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido.

Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b, respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

e) **Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo**  
Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

f) **Aprovação das receitas e despesas**  
As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a indesejadas, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias oponente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

h) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

i) **Imposto de Renda e Contribuição Social**  
As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 20% para contribuição social para as empresas financeiras.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Disponibilidades	18.176	8.777
Aplicações financeiras de liquidez	3.019.470	4.360.392
Aplicações em moedas estrangeiras	568.026	407.413
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	2.451.444	3.952.979
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.037.646	4.369.169

## 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez é composto por aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até junho de 2018, no montante de R\$ 4.713.838 (R\$ 4.657.643 em 2016), aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R\$ 568.026 (R\$ 407.413 em 2016) e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimentos até agosto de 2018, no montante de R\$ 1.481.125 (R\$ 712.630 em 2016).

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) **Títulos e valores mobiliários**  
As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstradas como segue:

	2017		2016	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
<b>Títulos para negociação</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.191.918	1.191.491	1.393.153	1.392.698
Eurobônus	32.317	32.221	32.317	32.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	221.692	224.359	221.692	224.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.450.314	1.509.079	1.113.913	1.113.913
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	100.133	100.979	100.133	100.979
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	287.852	285.689	287.852	285.689
Debêntures	649.545	647.053	649.545	647.053
<b>Subtotal - Títulos para negociação</b>	<b>3.933.771</b>	<b>3.990.871</b>	<b>4.135.006</b>	<b>4.192.078</b>
<b>Títulos disponíveis para venda (b)</b>				
Eurobônus	7.054	7.164	7.054	7.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	20.655	21.375	20.655	21.375
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	84.308	85.515	84.308	85.515
Debêntures	797.961	786.293	797.961	786.293
Notas Promissórias - NP	441.053	442.527	441.053	442.527
Cédula do Produtor Rural - CPR	690.483	693.774	690.483	693.774
Títulos públicos emitidos em outros países	701.193	697.658	701.193	697.658
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	37.428	37.428	37.428	37.428
<b>Subtotal - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>2.780.135</b>	<b>2.771.728</b>	<b>2.780.135</b>	<b>2.771.728</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	502.386	502.386	502.386	502.386
<b>Subtotal - Mantidos até o vencimento</b>	<b>502.386</b>	<b>502.386</b>	<b>502.386</b>	<b>502.386</b>
<b>Total</b>	<b>7.216.292</b>	<b>7.264.985</b>	<b>7.417.527</b>	<b>7.466.192</b>

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2017, ajuste positivo de R\$ 39.487 (ajuste positivo de R\$ 26.155 em 2016).

(b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R\$ 113.418 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 98.748 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 8.407 (R\$ 440 de perda em 2016), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de perda em R\$ 4.624 (R\$ 242 de perda em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.918.303 (R\$ 3.141.119 em 2016).

As composições da carteira em 31 de dezembro de 2017, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

	2017					
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
<b>Títulos para negociação</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	4.010	1.191.491
Eurobônus	-	-	-	-	32.221	32.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	115.753	224.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	609.619	1.509.079
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	100.979	100.979
Debêntures	-	-	-	-	285.689	285.689
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	-	647.053	647.053
<b>Subtotal - Títulos para negociação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.685.883</b>	<b>1.645.654</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
Eurobônus	-	-	-	-	7.164	7.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	8.302	13.073
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	85.515	85.515
Debêntures	14.183	12.933	26.259	211.236	259.772	261.910
Notas Promissórias - NP	728	29.936	15.509	237.992	154.842	3.520
Cédula do Produtor Rural - CPR	3.374	-	33.534	274.479	282.004	100.383
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	-	697.658	697.658
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	23.294	14.128
<b>Subtotal - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>18.285</b>	<b>42.869</b>	<b>75.302</b>	<b>1.421.365</b>	<b>728.214</b>	<b>485.693</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>						
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	-	502.386	-
<b>Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>502.386</b>	<b>502.386</b>
<b>Total - 2017</b>	<b>18.285</b>	<b>163.551</b>	<b>75.302</b>	<b>3.107.248</b>	<b>2.876.254</b>	<b>1.024.345</b>
<b>Total - 2016</b>	<b>458.702</b>	<b>91.932</b>	<b>449.662</b>	<b>1.464.490</b>	<b>2.560.995</b>	<b>1.483.451</b>

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2017, ajuste positivo de R\$ 26.155 em 2016.

(b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R\$ 113.418 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 98.748 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 8.407 (R\$ 440 de perda em 2016), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de perda em R\$ 4.624 (R\$ 242 de perda em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.918.303 (R\$ 3.141.119 em 2016).

As composições da carteira em 31 de dezembro de 2017, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

	2017					
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
<b>Títulos para negociação</b>						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	4.010	1.191.491
Eurobônus	-	-	-	-	32.221	32.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	115.753	224.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	609.619	1.509.079
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	100.979	100.979
Debêntures	-	-	-	-	285.689	285.689
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	-	647.053	647.053
<b>Subtotal - Títulos para negociação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.685.883</b>	<b>1.645.654</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
Eurobônus	-	-	-	-	7.164	7.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	8.302	13.073
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	85.515	85.515
Debêntures	14.183	12.933	26.259	211.236	259.772	261.910
Notas Promissórias - NP	728	29.936	15.509	237.992	154.842	3.520
Cédula do Produtor Rural - CPR	3.374	-	33.534	274.479	282.004	100.383
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	-	697.658	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**31 de dezembro de 2017 e 2016**  
 (Em milhares de reais)

A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2017 demonstravam uma exposição de R\$ 52.637, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito de análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

**6. RELACIONOS INTERFINANCEIRAS**

A rubrica de relações interfinanceiras não possuem saldo em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 possuía saldo de R\$ 1.515, representados por Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central).

**7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES**

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Operações de crédito	4.940.043	4.932.155
Empréstimos	4.369.981	3.797.868
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.469.610	1.737.815
<b>Total</b>	<b>10.779.634</b>	<b>10.467.838</b>

**Outros créditos com características de concessão de crédito**

Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	408.386	373.467
Títulos e créditos a receber	906.499	792.189
Outros	613	31.414
<b>Total</b>	<b>1.315.498</b>	<b>1.197.070</b>

**Subtotal - Operações de crédito e outros créditos**

<b>Total</b>	<b>12.095.132</b>	<b>11.664.908</b>
--------------	-------------------	-------------------

**Garantias financeiras prestadas (b)**

<b>Total da carteira</b>	<b>12.095.132</b>	<b>11.664.908</b>
--------------------------	-------------------	-------------------

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 399.791 (R\$ 365.670 em 2016), demonstrado como redutor de Outras obrigações (Nota 9) acrescido de R\$ 8.595 (R\$ 7.797 em 2016) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R\$ 47.125 (R\$ 36.746 em 2016) - Nota 16.c.

**Carteira por setor de atividade:**

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Operações de crédito	4.940.043	4.932.155
Garantias financeiras prestadas	408.386	373.467
<b>Total</b>	<b>5.348.429</b>	<b>5.305.622</b>

Setor privado

Intermediários financeiros

Indústria

Comércio

Serviços

Pessoas físicas

**Subtotal - Setor privado**

**Total público**

**Total da carteira**

Os saldos das operações de crédito, garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
<b>A vencer</b>		
Até 1 Mês	1.193.644	1.902.014
De 1 a 3 Meses	1.902.014	2.662.297
De 3 a 6 Meses	2.662.297	3.482.698
De 6 a 12 Meses	3.482.698	689.059
De 1 a 3 Anos	689.059	125.614
Acima de 3 anos	125.614	2.200.335
Vencidas a partir de 15 dias	2.200.335	2.325.949
<b>Total</b>	<b>10.779.634</b>	<b>10.467.838</b>

Operações de crédito

Outros créditos

**Subtotal - Operações de crédito e outros créditos**

**Garantias financeiras prestadas**

**Total - 2017**

**Total - 2016**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

**(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 201.407 (R\$ 3.218 em 2016), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi negativo de R\$ 5.244 (resultado negativo de R\$ 99 em 2016).

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Principal devedor	711.445	3,21
10 maiores devedores	3.869.454	17,47
20 maiores devedores	5.818.131	26,27

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS**

As provisões para operações de crédito e outros créditos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim distribuídos:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Nível mínimo de provisionamento	11.961.649	133.483
Curso normal	133.483	12.095.132
Atraso	12.095.132	133.483
Total	24.150.264	24.150.264

(\*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos tiveram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Saldos no início do exercício	315.369	114.882
Constituição/(Reversão)	71.574	92.219
Varição cambial de saldo	907	907
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	(85)
Créditos compensados como prejuízo	(43.264)	(24.509)
Baixas por cessão de crédito	(36.490)	(95.675)
<b>Total</b>	<b>308.096</b>	<b>86.832</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 312.270 (R\$ 639.041 em 2016), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 94.050 (R\$ 404.781 em 2016).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 15.726 (R\$ 14.765 em 2016).

**9. CARTEIRA DE CÂMBIO**

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Operações de crédito	315.369	114.882
Outros créditos	71.574	92.219
<b>Total</b>	<b>386.943</b>	<b>207.101</b>

Outros Créditos

Câmbio variável a liquidar - CCL

Provisão sobre variação cambial de CCL

Direitos sobre vendas de câmbio

Adiantamentos recebidos

Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)

Despesas de apropriação de adiantamentos concedidos (ACC)

**Total**

**Outras Obrigações**

Câmbio vendido a liquidar

Obrigações por compra de câmbio

Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)

**Total**

**10. OUTROS CRÉDITOS**

a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

b) As composições de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos tributários (Nota 21)	361.795	406.995	361.805	407.027
Devedores por compra de valores e bens	14.661	14.469	14.661	14.469
Devedores por depósitos em garantia	14.582	18.465	14.582	18.465
Impostos e contribuições a compensar	77.987	62.433	80.239	65.217
Títulos e créditos a receber	901.339	786.750	901.339	786.750
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	-	1.086	-	1.086
Outros	3.907	1.536	3.909	1.544
<b>Total</b>	<b>1.374.271</b>	<b>1.291.734</b>	<b>1.376.535</b>	<b>1.294.558</b>

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

**11. INVESTIMENTOS**

	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	
	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Capital social	88.516	50.002	55.632	55.632
Patrimônio líquido	96.258	91.166	99.965	93.571
Resultado do exercício	5.092	6.219	6.394	7.947
Nº de ações ordinárias possuídas	24.980.054	24.980.054	-	-
Nº de ações preferências possuídas	24.980.055	24.980.055	-	-
% de cotas possuídas	-	-	55.631.814	55.631.814
Valor contábil	100,00	100,00	99,99	99,99
Equivalência patrimonial	96.258	91.166	99.965	93.571
	5.092	6.219	6.394	7.947

**12. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL**

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciãs, são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

**13. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**

As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e captações no mercado aberto são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Sem vencimento	40.015	-	40.015	42.359
Até 3 meses	-	-	-	39.918
De 3 a 12 meses	132.746	548.683	681.429	478.357
De 1 a 3 anos	-	-	346	5.328.897
Acima de 3 anos	-	-	1.432.166	5.799
<b>Total</b>	<b>40.015</b>	<b>3.052.827</b>	<b>4.170.684</b>	<b>218.635</b>

**Total - 2017**

**Total - 2016**

**14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Até 3 meses	368.595	377.370	128.701	-
De 3 a 12 meses	491.020	1.439.305	836.763	1.493
De 1 a 3 anos	190.427	1.530.784	2.587.838	34.693
Acima de 3 anos	-	-	-	9.744
<b>Total</b>	<b>1.050.042</b>	<b>3.357.203</b>	<b>3.553.302</b>	<b>36.186</b>

**Total - 2017**

**Total - 2016**

**15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

a) As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Até 3 meses	1.435.536	1.684.633
De 3 a 12 meses	165.455	4
De 1 a 3 anos	3.285.628	4.036.840
Acima de 3 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>5.186.619</b>	<b>5.725.477</b>

Obrigações por empréstimos

Outros

Obrigações por repasses - País

BNDES

FINAME

Outras instituições

Obrigações por repasses - Exterior

**Total - 2017**

**Total - 2016**

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Inter-america SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Operações de crédito	110.247	217.233
Outros créditos	101.766	120.314
Garantias financeiras prestadas	994	1.492
<b>Total</b>	<b>213.007</b>	<b>339.039</b>

**Obrigações por repasses do exterior**

Objeto de "Hedge accounting"

Valor do principal US\$ 33,3 milhões (US\$ 66,7 milhões em 2016)

Valor do principal US\$ 30,8 milhões (US\$ 36,9 milhões em 2016)

Juros provisionados

**Subtotal**

Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Notas 2.II.d e 5.b

**Total**

Outras obrigações por repasses do exterior

**Total**

As captações de obrigações por repasses no exterior objeto de *hedge accounting*, nos valores de US\$ 33,3 milhões (US\$ 66,7 milhões em 2016) com vencimento em novembro de 2018, possui juros de 2,9% pagos semestralmente e US\$ 30,8 milhões (US\$ 36,9 milhões em 2016) com vencimento em novembro de 2022, possui juros de 4,6% pagos semestralmente.

**16. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	121.436	122.533	128.686	131.297
Impostos e contribuições a recolher	52.517	53.589	52.574	53.693
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	99.563	224.097	99.563	224.097
<b>Total</b>	<b>273.516</b>			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**31 de dezembro de 2017 e 2016**  
 (Em milhares de reais)

**22. PARTES RELACIONADAS**

a) **Empresas controladas e ligadas**  
 Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações/Partes relacionadas	Grau de relação	2017		2016	
		Prazos até	Ativo/Receitas/(Despesas) Exercício (Passivo)	Ativo/Receitas/(Despesas) Exercício (Passivo)	Ativo/Receitas/(Despesas) Exercício (Passivo)
Depósitos à vista					
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	Controlada Sem Vencimento	(49)	–	(102)	–
ABC Brasil DTVM S.A.	Controlada Sem Vencimento	(48)	–	(155)	–
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda.	Ligada Sem Vencimento	(31)	–	(27)	–
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos					
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	10/01/2018 (1.966)	(23)	(121)	(6)
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016			(657)
Administradores	Diversos	(39.867)	(3.598)	(28.444)	(3.731)
Obrigações por empréstimos					
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	Controlador	02/04/2018 (365.948)	(7.628)	(826.838)	(11.746)
Dividendos e juros sobre o capital					
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	31/12/2017 (53.870)	–	(50.036)	–
Outras obrigações - Prestação de serviços					
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	Controlada	–	–	–	(400)
Administradores	31/12/2017	–	1.913	–	–

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração**  
 No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Referido plano tem como objetivos principais: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livres dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:  
 a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco, de forma "fidei" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável dividida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), conforme aplicável, salvo nos casos onde haja períodos de vedação desses meses, oportunidade em que a média será calculada utilizando os pregões subsequentes.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim compostas:

	2017	2016
Remuneração Fixa	21.851	21.234
Remuneração Variável	33.968	27.374
<b>Total de benefícios de curto prazo</b>	<b>55.819</b>	<b>48.608</b>
Remuneração baseada em ações	38.097	31.049
<b>Total de benefícios de longo prazo</b>	<b>38.097</b>	<b>31.049</b>
<b>Total</b>	<b>93.916</b>	<b>79.657</b>

c) **Resumo da movimentação do plano de remuneração.**  
 Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2016	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2017
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	–	(281.988)	–
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.441	–	(225.441)	–
7º	24/02/2015 - 24/02/2017	295.161	–	(295.161)	–
8º	24/02/2015 - 24/02/2018	295.161	–	–	295.161
9º	20/08/2015 - 20/08/2017	311.546	–	(311.546)	–
10º	20/08/2015 - 20/08/2018	311.546	–	–	311.546
11º	24/02/2016 - 24/02/2017	466.707	–	(466.707)	–
12º	24/02/2016 - 24/02/2018	466.707	–	–	466.707
13º	24/02/2016 - 24/02/2019	466.698	–	–	466.698
14º	23/08/2016 - 23/08/2017	265.525	–	(265.525)	–
15º	23/08/2016 - 23/08/2018	265.525	–	–	265.525
16º	23/08/2016 - 23/08/2019	265.525	–	–	265.525
17º	21/02/2017 - 21/02/2018	–	292.024	–	292.024
18º	21/02/2017 - 21/02/2019	–	292.024	–	292.024
19º	21/02/2017 - 21/02/2020	–	292.024	–	292.024
20º	23/08/2017 - 23/08/2018	–	240.348	–	240.348
21º	23/08/2017 - 23/08/2019	–	240.348	–	240.348
22º	23/08/2017 - 23/08/2020	–	240.348	–	240.348
<b>Total</b>		<b>3.917.524</b>	<b>1.597.116</b>	<b>(1.846.368)</b>	<b>3.668.272</b>

**23. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR**  
 Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados como seguem:

	2017	2016
<b>Ativos</b>		
Disponibilidades	6.252	3.513
Aplicações interfinanceiras de liquidez	398.687	323.995
TVM e instrumentos financeiros derivativos	68.642	150.254
Operações de crédito - Líquido	1.752.736	1.696.329
Outros créditos e valores e bens	15.640	21.583
<b>Total</b>	<b>2.241.957</b>	<b>2.195.674</b>
<b>Passivos</b>		
Depósitos à vista	240	274
Depósitos a prazo	104.754	87.846
Obrigações por empréstimos no exterior	2.970.210	3.773.055
Instrumentos financeiros derivativos	219	89.174
Outras obrigações	47.589	879
<b>Total</b>	<b>3.123.012</b>	<b>3.951.228</b>

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) ii). Os efeitos das variações cambiais decorrentes da conversão da moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do exercício no montante de R\$ 19.613 e os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão do resultado foram registradas no patrimônio líquido no montante de R\$ 2.114 (líquido dos efeitos tributários), conforme Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

**24. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS**  
 A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilização e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

**25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**  
 O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) **Contingências fiscais**  
 O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 380.328 e não foram provisionados, o detalhamento das principais causas são os seguintes:

*IRPJ e CSLL referente a não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira*  
 Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados em decorrência da participação da subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 10.568.

*Multa de ofício imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011*  
 Trata-se de processo judicial onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questiona a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R\$ 13.009.

*Encargos Previdenciários ("INSS")*  
 O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados em decorrência de operações de crédito no valor de R\$ 270.761.

*Compensações não homologadas - COFINS*  
 Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo nº 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 3.644.

*IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito*  
 Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 5.258.

**A DIRETORIA**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 05 de fevereiro de 2018, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e no diligenciamos e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A., da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e das demais controladas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constabunda o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constabunda o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**Abordagem de auditoria:**  
 No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, nos quais os processos de teste foram planejados e executados com base nos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudessemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

**2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
 A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8, em 31 de dezembro de 2017 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 12.095.132 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em R\$ 394.928 mil, sendo que durante o ano de 2017 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 164.076 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

**Abordagem de auditoria:**  
 Nos nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originagem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de rating; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização temporária de informações de operações de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíam a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constabunda o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constabunda o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**3. Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados**  
 A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função da complexidade envolvida no processo de precificação que é substancialmente baseado na utilização de julgamentos e estimativas subjetivas feitas pela Administração e das incertezas inerentes a este processo.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.918.303 mil. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos não cotados, o saldo registrado é de R\$ 56.454 mil no ativo e de R\$ 72.420 mil no passivo as divulgações da Companhia estão incluídas na nota explicativa 5.

**Abordagem de auditoria:**  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidas pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados; (ii) testes dos controles chave, incluindo os controles relacionados a definição e aprovação das premissas a serem utilizadas nos modelos de precificação e a forma pela qual essas premissas alimentam esses modelos. Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes; (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de avaliação e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas através da comparação com modelos e fontes de mercado independentes.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**4. Contabilidade de hedge (Hedge Accounting)**  
 Em 31 de dezembro de 2017 o Banco possui estrutura de *Hedge Accounting* para cobertura de riscos decorrentes de variações cambiais de parcelas relativas a dívidas subordinadas e obrigações por repasses no exterior, nos montantes de R\$ 234.728 mil e R\$ 215.916 mil, respectivamente, que representam aproximadamente 2% do passivo do Banco. Essa área foi considerada significativa em nossa auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos, da complexidade dos critérios requeridos para a contabilização e por envolver premissas e julgamentos feitos pela Administração na precificação dos itens objetos de *Hedge* e dos instrumentos financeiros derivativos relacionados. As divulgações da Companhia sobre a estrutura de *Hedge Accounting* estão incluídas nas notas explicativas 2, 5, 15 e 16.

**Abordagem de auditoria:**  
 Nossa abordagem incluiu, além de verificação da suficiência na documentação elaborada pela Administração do Banco para atendimento aos critérios da Circular nº 3082/02 do Banco Central do Brasil, testes, com base em amostragem e com o auxílio de nossos especialistas, nas estruturas de *Hedge Accounting*, considerando testes de avaliação das operações e avaliação das premissas e modelagens utilizadas. Também avaliamos o resultado dos testes de efetividade da estrutura de *Hedge Accounting* documentado pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de contabilidade de *hedge* da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
 As demonstrações de valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
 A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Não nos cabe o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constabunda o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.**

**Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não nos cabe o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.**

**Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.**

**Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à mudança significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não continuar operando.**

**Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.**

**Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

**Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.**

**Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.**

**Ernst & Young**  
 Auditores Independentes S.S.  
 CNPJ nº 03.451.900/0001-06  
 Flávio Serrante Peppes  
 Contador CRC-1SP172167/O-6